

ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

*** Roberto Rodrigues**

O tema “Terceirização do Trabalho” ganhou uma dimensão muito maior do que deveria acontecer, porque foi ideologizado e política e propositalmente misturado com eventuais perdas de direitos dos trabalhadores. O que está por trás dessa discussão é a melhoria da produtividade do trabalho e a modernização das relações entre empregadores e empregados, bastante complicada por uma legislação obsoleta que engessa tais relações.

E esta é apenas uma das questões sobre as quais nosso Parlamento terá que se debruçar nos próximos meses e anos para reformar leis e regras ou regulamentos que inibem o avanço das empresas rurais brasileiras rumo ao desenvolvimento sustentável. Temas como aquisições de terras por estrangeiros, a própria legislação ambiental, a reforma agrária, a questão indígena e outros terão que ser resolvidos ou perderemos competitividade. Até mesmo a configuração da Justiça Trabalhista deve ser revista. Aí está uma complexa e controversa agenda a ser enfrentada pelo Estado brasileiro. Não se trata apenas de leis ou mesmo de eventuais mudanças da Constituição sobre as quais o Parlamento terá que se debruçar muito em breve. Trata-se também do “aparelhamento” da máquina pública e de outras instituições que cuidam da aplicação de leis existentes, e por questões também ideológicas a interpretam ao sabor de suas crenças ou preferências.

Mas um dos problemas enfrentados por produtores rurais no Brasil é a lentidão da Justiça na tomada de decisões sobre processos em geral. Aliás, não é um problema restrito ao campo e há muito tempo nossos tribunais buscam formas de agilizar seu trabalho.

Em 1996, e já lá se vão quase 20 anos desse gargalo, foi aprovada uma Lei Federal de número 9.307 que instituiu a “arbitragem”, um mecanismo de agilização de definições de conflitos. Para implementar este modelo, criam-se Câmaras de Arbitragem cuja sentença tem o mesmo valor de uma sentença judicial. A controvérsia entre contendores é decidida por um árbitro da Câmara, cortando etapas do processo judicial que demoraria muito mais tempo na Justiça comum.

Há outro mecanismo, chamado Mediação, em que o mediador procura, através do diálogo entre os litigantes, chegar a um acordo que acabe com a disputa.

Ambos são mais céleres que o que se observa normalmente no Judiciário e já existem muitas experiências exitosas de arbitragem e mediação em diversos setores econômicos, sobretudo quando a disputa diz respeito a contratos, questões societárias e imobiliárias.

A Sociedade Rural Brasileira inaugurou, no último dia 9 de abril, uma Câmara de Mediação e Arbitragem destinada a reunir árbitros e especialistas da temática rural, tendo em vista resolver controvérsias muito comuns no setor, especialmente as contratuais.

Para tanto, a SRB elaborou um moderno regulamento da Câmara, a CARB, examinando o que há de mais novo em outras Câmaras no Brasil e no mundo, e já conta com uma considerável lista de árbitros e mediadores.

Trata-se de um grande salto na qualidade dos serviços prestados pela nossa tradicional e quase centenária Rural (completa 96 anos de trabalhos em defesa do agro em 2015).

Espera-se com a CARB a rápida resolução extrajudicial de eventuais conflitos no setor rural e agroindustrial.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**